



## CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

### Ata número 7/2022

----- Aos quinze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, pelas dezanove horas, reuniu o Conselho de Ilha de São Jorge, em reunião extraordinária, na sala de reuniões da Casa Museu Cunha da Silveira, verificando-se a ausência dos seguintes conselheiros: João Paulo Bettencourt Oliveira, Hélia Fernanda Sousa Santos Amarante, João António Barbosa Sequeira, Sandra Arduim, Maria Isabel Gois Teixeira e José Artur da Silva, cujas faltas se encontram devidamente justificadas. Verificou-se também a ausência da conselheira Mónica Gonçalves e António Laureno Oliveira da Silveira.-----

----- Deu-se início à reunião com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um: **Elaboração de Parecer “Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII - “Plano Regional Anual para o ano de 2023”**, sendo que o mesmo vai ficar apenso a esta ata ----

----- Antes de iniciar a ordem de trabalhos, a Presidente do Conselho de Ilha solicitou que fique apenso à ata o e-mail dirigido pelo Presidente da Câmara de Comércio da Ilha de São Jorge a todos os conselheiros, bem como a resposta que será enviada, igualmente com conhecimento de todos os conselheiros.-----

----- Iniciados os trabalhos, e antes de abrir as inscrições aos conselheiros, foi dada a palavra aos Senhores Presidentes de Câmara e de seguida aos Senhores Deputados Regionais. -----

----- O Senhor Presidente do Município de Velas tomou a palavra informando os presentes que ausentar-se-ia pelas vinte horas uma vez que tinha agendado um compromisso no Concelho da Calheta. Reiterou o seu espanto com o resultado do anterior Conselho de Ilha e o parecer emitido pelo mesmo à Anteproposta do Plano Regional Anual 2023. Realçou que foi este Governo Regional que, em dois mil e vinte e dois, resolveu o problema das ligações aéreas e marítimas de passageiros que durante anos penalizou a nossa ilha, e que o orçamento da Região teve uma redução significativa que inevitavelmente afetou todas as ilhas. Realçou os investimentos previstos para a Habitação, Centro Intergeracional de Santo Antão, obras da Santa Casa da Misericórdia das Velas, Centro de Acolhimento Temporário da Urzelina, Proteção da Orla Costeira das Fajãs das Pontas e João Dias, acesso ao Porto do Topo, reabilitação da escola do Topo, dragagem da Baía da Calheta, Estrada Transversal, Centro de Saúde das Velas, entre outros. Perante isto, sente que este Governo Regional tem feito bastante e resolvido muitas questões e que a postura do Conselho de Ilha não deve ser contra o Plano Anual de forma aleatória, devendo ser favorável, com ressalvas acerca do que se pretende além do que já está previsto. -----

----- De seguida tomou a palavra o Senhor Presidente do Município da Calheta começando a sua intervenção por dizer que a sua intenção de voto se mantém, sendo esta contra. Mencionou que o



## CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

### Ata número 7/2022

Governo Regional dos Açores insiste em pedir e partir do princípio que irá fazer empreitadas com o apoio da Câmara Municipal da Calheta. Referiu, como exemplo, a cedência de toneladas de cascalho à agricultura Jorgense e que até à data nunca tiveram o justo reconhecimento do apoio daquela Câmara. Não entende que o investimento de ilha esteja tão disponível como querem fazer parecer. Deu exemplos como o Museu de São Jorge, que tem uma envolvente abandonada, o reordenamento da Baía da Calheta, a criação do núcleo de recreio náutico para a qual têm sido feitos vários estudos, sendo que a situação tem sido eternizada e não se prevê solução. Refere ainda que há rúbricas que são manifestamente insuficientes e cujos fins nunca serão atingidos com as verbas que estão atualmente alocadas. -----

----- De seguida tomou a palavra o Senhor Deputado Paulo Silveira que considerou justo que se ambicione sempre mais. Não obstante referiu que é importante analisar as taxas de execução, justificando algumas situações em que os concursos ficaram desertos. Quanto ao próximo orçamento, realça que temos de perceber a conjuntura em que atualmente vivemos, bem como, a importância de estancar o endividamento. Em concreto no caso do reordenamento do Porto da Calheta considera que não é tempo de gastar sem um propósito, que se deve avançar para uma obra com todas as questões bem pensadas e analisadas. Espera que em dois mil e vinte e três não tenha de dar razão ao Senhor Presidente do Município da Calheta quanto à não realização da obra referida. Outra obra estruturante é o Matadouro de São Jorge, havendo fundos comunitários e o Plano de Recuperação e Resiliência que irão reforçar o Plano Regional apresentado. Entende que deve ser esse o foco, atendendo à conjuntura em que se vive em termos de apoios sociais e às famílias e não o "betão". -----

----- Tomou a palavra a Senhora Deputada Catarina Cabeceiras referindo a conjuntura atual que infelizmente afeta todos, sendo que a opção do Governo Regional dos Açores foi o endividamento zero. No passado a Região optou por se endividar, no entanto isso não se refletiu em termos de desenvolvimento. A área social é a prioridade deste Governo, onde já foram feitos uma série de reforços regionais, que se refletem no apoio à ilha de São Jorge, chamando a atenção dos conselheiros para o "combustível social" e outros que se prevê reforçar. Este documento reflete o apoio na redução das taxas de juro, que também engloba a ilha de São Jorge, entendendo que deve-se avaliar o que foi feito e o que está refletido no próprio documento. Refere várias situações que eram reivindicações dos conselhos de Ilha anteriores e que têm sido resolvidas por este Governo. Em relação à Santa Casa da Misericórdia da Calheta, refere que existe já um trabalho a ser feito que não está refletido neste Plano, o que não invalida que não se venha a fazer algum



## CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

### Ata número 7/2022

investimento, e que a pressão que deve ser feita é na execução deste Plano e não no total da verba ou na forma como esta fica aquém do pretendido. -----

----- A Presidente do Conselho de Ilha mencionou que o parecer emitido em relação à anteposta a entristeceu, não retirando legitimidade ao voto dos conselheiros, mas entende que quando o Conselho de Ilha emite um parecer negativo, perde de certa forma o direito de questionar e reivindicar a execução do Plano. Posto isto foram abertas as inscrições.

----- Inscreveu-se o Conselheiro Orlando Gomes mencionando que irá manter o seu voto contra. Referiu que São Jorge nunca viveu acima das suas possibilidades e sempre teve uma média de execução trinta por cento e que se tivéssemos uma taxa de execução acima dos setenta por cento durante vários anos, significava muito dinheiro para São Jorge. Diz ainda que as rubricas se mantêm abertas durante anos, chegam a desaparecer e não são executadas. Entende que é necessário reivindicar o melhor possível e que o tempo para concretizar as propostas está a ficar curto. -----

----- A Senhora Deputada Catarina Cabeceiras explica a questão da desagregação espacial e a forma como se reflete no Plano, tendo em conta a diferença populacional de cada ilha. -----

----- O Senhor Deputado Paulo Silveira esclarece ainda que parte da verba do Matadouro é financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, portanto as verbas do orçamento Regional são insuficientes porque o grosso do investimento é do Plano de Recuperação e Resiliência e que o importante seria o concurso não ficar deserto para não se perderem aquelas verbas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara da Calheta solicitou à Senhora Presidente do Conselho de Ilha que numa próxima reunião os presentes façam por não se ausentar durante a sessão porque têm todos compromissos na Calheta, até porque ele próprio é o Presidente do Município e ficará até ao final. No que concerne ao Concelho da Calheta, afirma que o que está previsto, não é para executar. Refere ainda que o Governo quer é projetar obras para exportar idosos para fora da Calheta e que se o Matadouro não for executado ou nem sequer a obra for iniciada, o investimento será muito residual em São Jorge. -----

----- Inscreveu-se o Conselheiro Arlindo Teixeira que referiu que no porto da Calheta continua sem se fazer nada e em relação à saúde informou que o Centro de Saúde da Calheta não tem gabinetes para os médicos especialistas, nem ar condicionado para os doentes nos internamentos, mas que se vai construir um bloco novo no Centro de Saúde das Velas. -----

----- Retomou a palavra o Conselheiro Orlando Gomes, colocando uma questão, fora da ordem de trabalhos, mas que considera muito pertinente, em relação ao orçamento participativo. O total das verbas para a ilha não foram atribuídas, não sabendo o que aconteceu a estas, logo questionou se



## CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

### Ata número 7/2022

será possível agregar propostas de forma a conseguir o total do investimento previsto para a ilha não se perdendo aqueles valores.-----

----- Os Senhores Deputados Regionais informaram que iriam inteirar-se do assunto e dariam informação sobre o mesmo.-----

----- Inscreveu-se o Conselheiro Mário Veiros referindo que mantém a sua posição descrita no e-mail enviado antes do último Conselho de Ilha, dizendo que não altera uma vírgula do que escreveu. Disse ficar na dúvida se estava a ser debatido o orçamento do ano passado ou o do ano que vem e que a Câmara de Comércio da Ilha de São Jorge considera que os apoios dados foram claramente insuficientes, não se vendo naquele orçamento qualquer intenção de repor o enorme prejuízo que a ilha de São Jorge teve. -----

----- Inscreveu-se o Conselheiro Mário Soares mencionando que votou contra anteriormente porque há muitos anos que ouve falar do Matadouro de São Jorge e que, não sendo agricultor, entende que é uma obra fundamental para a ilha. Referiu que quando nas outras ilhas estão previstos melhoramentos nos matadouros e que em São Jorge ainda nem foi começada a obra, não se pode acatar essa situação. Posto isto, mudará o seu voto nesta reunião e dará o benefício da dúvida. ---

----- Inscreveu-se o Conselheiro Renato Bettencourt que disse que o seu voto desfavorável anteriormente se prendeu pela ausência de apoios culturais para a ilha. Acrescenta que votar o orçamento é uma situação diferente, e que deve ser reconhecido o que o Governo Regional dos Açores tem feito, entendendo a conjuntura atual e os sacrifícios que todos têm de fazer. Refere que se mantém a situação de não ver investimento na cultura, mas que não poderá manter o seu voto desfavorável e que o mesmo passará a ser favorável. -----

----- Inscreveu-se o Conselheiro Ricardo Mariante, afirmando que está no Conselho de Ilha como representante do Concelho da Calheta, e que vê no Plano alguns pormenores que poderiam ter sido melhorados e que a tal crise devia ter sido dividida pelos dois Concelhos. Referiu que realmente se vê a exportação de idosos para o outro Concelho. Reconhece algum mérito ao atual Governo, mas refere que isso não invalida que se vote contra quando se discorda com a forma como as coisas estão definidas. Concluiu dizendo que vai votar contra porque discorda com a forma como os valores foram divididos pelos dois Concelhos. -----

----- Tomou a palavra o Senhor Roger Sousa, Representante do Governo Regional dos Açores, mencionando que em relação ao Lar de Idosos da Calheta não se pode esperar que seja feito um pedido em julho e que poucos meses depois a situação esteja resolvida, sendo que a situação já foi falada com o Senhor Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores e com a Direção Regional.





## CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

### Ata número 7/2022

Referiu ainda que efetivamente a ilha de São Jorge está abaixo do rácio em cerca de vinte a trinta camas para o número de habitantes que tem e que já foi dado sinal para a inclusão de mais quatro camas no edifício existente e os trabalhos relativamente a esse assunto irão continuar. -----

----- Inscreveu-se a Conselheira Angelina Rocha mencionando que votou contra e manterá o mesmo. Refere que não acha correta a distinção feita entre as ilhas mais pequenas e tem pena que não haja mais apoios à agricultura, sendo o valor de aumento entre a anteproposta e a proposta insuficiente para a alteração de voto. -----

----- Tomou a palavra a Conselheira Paula Borges afirmando que o orçamento refere as ações que São Jorge precisa, que todas elas são morosas e que eventualmente apenas no final do próximo ano poderá haver adjudicações, mas que o que se pretende é que o processo se desenrole e que no final haja essas mesmas adjudicações. -----

----- Retomou a palavra o conselheiro Arlindo Teixeira referindo que concorda com o Conselheiro Renato Bettencourt, que quer confiar neste Governo e que as coisas vão melhorar e, portanto, votará favoravelmente. -----

----- A Conselheira Rita Madruga pediu a palavra para justificar a ausência da Conselheira Sandra Brasil, lendo o e-mail que a mesma enviou ao Conselho de Ilha onde refere que o seu voto pessoal mantém-se favorável, realçando que o trabalho a fazer será acompanhar e reivindicar que a taxa de execução seja elevada e questionar atrasos que possam surgir. A Conselheira Rita concluiu dizendo que em relação ao seu voto também se manterá favorável. -----

----- Inscreveu-se a Conselheira Paula Amarante que entende que a gestão do orçamento da Região deve ser feita como a gestão de um orçamento doméstico, sendo importante diminuir a dívida, investir no essencial e selecionar áreas prioritárias e por isso o seu voto é a favor.

-----O Conselheiro Orlando Gomes tomou a palavra para mostrar a sua satisfação com a intervenção do Senhor Representante do Governo Regional dos Açores em relação ao Lar de Idosos da Calheta. -----

-----Não havendo mais inscrições, a Senhora Presidente do Conselho de Ilha propôs votar favoravelmente a "Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII - "Plano Regional Anual para o ano de 2023", com as ressalvas acerca do que este órgão pretende além do já previsto, conforme documento anexo a esta ata. Colocou à votação, tendo sido aprovada em minuta e para imediata executoriedade com onze votos a favor, sete votos contra e zero abstenções.-----



## CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

### Ata número 7/2022

----A Presidente do Conselho de Ilha aquando da colocação a votação informou por lapso que o Conselheiro Mário Veiros, representante da Câmara de Comércio da Ilha de São Jorge, uma vez que estava a título de convidado não deveria exercer o direito de voto. -----

----O Conselheiro Orlando Gomes pediu a palavra para referir que, não podendo o Conselheiro Mário Veiros votar, que a presença de dois elementos do Núcleo Empresarial da Ilha de São Jorge no Conselho de Ilha é ilegal e que esta situação deve ser revista.-----

----No entanto e para que conste na presente ata, o Conselheiro Mário Veiros tem direito a voto, conforme o aprovado na reunião deste órgão, de nove de fevereiro de dois mil e vinte dois. Assim sendo, a sua intenção foi contemplada, nomeadamente, com o seu voto contra a proposta.-----

---- E nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho de Ilha deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada esta ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da lei. -----

A Presidente da reunião:

Os Secretários da reunião:

### **Declaração de voto**

Sem qualquer dúvida este é um mau orçamento para São Jorge, não só pela diminuição de verba atribuída, como também no “desaparecimento” de projectos importantes/estruturantes, que estiveram inscritos no orçamento de 2021, 2022 e que desaparecem em 2023 sem terem sido executados ou sequer iniciados, isto aliado a taxas de execução sempre inferiores a 40% quer neste Governo quer em anteriores, o que realmente torna S.Jorge bem como outras ilhas dos Açores nas denominadas “ilhas de baixo” como referem muitas vezes os habitantes das “ilhas grandes”.

Os conselhos de ilha (com excepção das ilhas mais beneficiadas) foram bastante contundentes na análise deste documento senão vejamos:

- Corvo aprovou o mesmo com 7 votos a favor e seis contra, mas deixando vários comentários negativos ao mesmo.
- Flores parecer negativo por larga maioria com várias ressalvas.
- Graciosa parecer desfavorável, 8 votos contra, 2 abstenções e 4 votos a Favor.
- Santa Maria parecer desfavorável por unanimidade.
- São Jorge parecer desfavorável com 14 votos contra e 4 a favor.

Não é sem qualquer tipo de surpresa que se vê os conselhos de ilha que aprovaram o mesmo, serem os das ilhas que sempre tiveram boas taxas de execução e investimentos altos. Não posso deixar de mencionar aqui o parecer do conselho de Ilha do Pico que tendo em conta as promessas da última visita estatutária, e o “bom orçamento para o Pico”, que leva a este texto que para mim é uma pérola política e passo a citar:

“Exma Sra, somos a responder aos documentos remetidos a pedido do Exmo Sr Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Públicas, enquadrado nas Orientações de Médio Prazo 2021-2024 e Anteposta do Plano Regional Anual para 2023 .

Tendo nos sido solicitado parecer ao abrigo do no 2 do artigo 110 do DLR no 20/2002/A, de 28 de maio, conjugado com a alínea f) do no 1 do artigo 180 do DLR 21/99/A, de 10 de julho , nas suas redações atuais, sobre os documentos referidos, o Conselho de Ilha do Pico, reunido no dia 17 de outubro, decidiu, emitir parecer positivo sobre os mesmos, na sua globalidade.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Ilha do Pico

Rui César Machado Lima da Silveira”

Fim de citação.

Se tivermos como referência o parecer do CESA e fazendo cruzamento com o orçamento para S.Jorge temos que:

- O orçamento de 2021 teve uma execução geral de 86,40% a execução para São Jorge foi de 31,915 % (outras “ilhas de baixo” ainda pior)

- A execução do orçamento 2022 no primeiro semestre foi de 32,10% o que não prevê nada de auspicioso para a execução para São Jorge (esta baixa execução é referida como preocupante pelo CESA).
- O plano para 2023 tem uma perda/ redução nominal de cerca de 18% nos valores orçamentados e São Jorge têm uma redução de quase 41% e se tivermos em conta a execução anterior, nem se fala do que pode acontecer a s.Jorge.
- Refere que não foi tida em conta a inflação para 2023 o que ainda se tornará numa maior diminuição de verba a investir.
- Tendo em conta a última taxa de execução conhecida referente ao ano de 2021 se a mesma se mantiver isto equivale a um investimento de apenas 10 189 868,8€ na Ilha de São Jorge, o que será manifestamente mau para a ilha.

Também no documento elaborado pelo CESA não posso deixar de referir os pareceres que foram emitidos por várias entidades e remetidos ao mesmo (no geral bastante pessimistas em relação ao orçamento).

Relativamente a S.Jorge alguns pontos a referir:

O ponto do PRA 2021 - 10.8.7 Porto da Calheta de São Jorge- Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se a dragagem do porto. (Transferência de verbas para a Portos dos Açores, SA, destinada ao financiamento à obra de dragagem do porto da Calheta de S. Jorge.) transferidos 45.555€ + projecto 10.8.20 Projeto para a construção do Núcleo de Recreio Náutico na Calheta - Início da execução do projeto de construção do Núcleo de Recreio Náutico na Calheta, ilha de S. Jorge. (Transferência de verbas para a Portos dos Açores, SA, destinada aos estudos e projeto para construção núcleo recreio náutico Calheta) (30 000 €). A Porto dos Açores só relacionada com os investimentos na Calheta já recebeu 75.555€ e até agora não fez nada.

O Ponto no PRA 2022 - 10.8.7 Porto da Calheta de São Jorge - Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se a dragagem do porto e a reposição da cobertura da garagem. Orçamentado em 275.000€ terá execução 0.

O Matadouro de São Jorge aparece mencionado no PRA 2023 na rubrica 6.3.4 a par com outra iniciativa, mas sem qualquer verba atribuída, logo provavelmente não será feito nenhum investimento .

Não deixando de remeter para o parecer da Anteproposta deste PRA, elaborada por este Conselho de Ilha que aprofunda muitos dos problemas desta proposta

Para finalizar não posso deixar de referir que a necessidade de um Orçamento Regional de dívida zero não foi criada por São Jorge nem pelas outras "Ilhas pequenas", não fomos nós que estivemos a hipotecar o futuro dos Açores, houve sim quem tivesse a mesa "farta" durante anos e que contribuiu para a dívida e agora São Jorge tem de ser solidário, quando no "tempo das vacas gordas" não houve solidariedade para com o mesmo.

O meu voto relativo a este PRA tem de ser negativo por tudo o atrás explicado.

O Conselheiro

*Gerardo Manuel de Matos Gomes*





## **CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE**

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão Especializada  
Permanente de Economia  
José Manuel Gregório de Ávila  
Rua Marcelino Lima  
9901-858 Horta

Sua Referência:  
S/3126/2022

Sua Comunicação de  
31/10/2022

Nossa referência  
CI.240/2021\_2025

Data  
15/11/2022

**ASSUNTO:** Pedido de Parecer – Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII - Plano Regional Anual para 2023

Em resposta ao solicitado por V. Exa, através do V. Ofício mencionado em epígrafe, o Conselho de Ilha de São Jorge, reunido a 15 de novembro de 2022, emite parecer favorável, no entanto, considera indispensável reiterar as seguintes ressalvas que passamos a enumerar:

- Rubrica "9.8.12 - Aeródromo da Ilha de São Jorge - ampliação do parque de estacionamento do Aeródromo de São Jorge", onde persistem dúvidas acerca da dimensão do projeto e verba inscrita;
- Rubrica "9.8.7 – Porto da Calheta de São Jorge", no que respeita à dragagem do Porto da Calheta, apesar de a mesma estar orçamentada, o valor parece insuficiente, dado que diminuiu aproximadamente 50% em relação ao PRA 2022;
- Rubrica "9.12.1 – Apoio ao tráfego local" permanecem neste conselho as dúvidas relativamente aos seus pressupostos e de que modo irá ser aplicada;
- Rubricas "9.15.5 - Beneficiação e pavimentação de estradas regionais" e "9.32.23 - Estabilização da zona adjacente ao quartel dos Bombeiros Voluntários da Calheta de São Jorge" a verba inscrita parece manifestamente diminuta para a realidade das necessidades. Relativamente aos investimentos/apoios às empresas da ilha, não são observáveis medidas concretas que permitam fazer frente à conjuntura presente, especialmente considerando a situação pandémica e a crise sísmica vulcânica que afetaram a ilha de São Jorge.

No que concerne à lavoura, é opinião unânime deste conselho de ilha que, face à atual conjuntura económica e às condicionantes específicas da produção de leite em São Jorge, o valor de 10000 euros em formação, não será suficiente para mitigar os constrangimentos e dificuldades que este setor enfrenta atualmente. Tendo em conta que este sector é



fundamental para a economia da ilha, a inexistência observável de outras medidas concretas para o mesmo, é fator de grande apreensão.

Consideramos então que uma redução de aproximadamente 22 milhões de euros em relação ao Plano Regional de 2022, associada a consecutivas baixas taxas de execução dos PRA anteriores (abaixo dos 40%), deixa um elevado nível de preocupação por parte deste Conselho de Ilha em relação ao desenvolvimento e sustentabilidade futura da ilha de São Jorge.

Para além do exposto e embora não tenham sido contemplados na proposta, importa referir outros aspetos para que possam futuramente ser incorporados:

- Construção do Núcleo de Recreio Náutico da Calheta (rúbrica 10.8.20 PRA de 2021);
- Certificação aérea noturna do Aeroporto de São Jorge;
- Extração de bagacina para a lavoura (Pontos de extração encontram-se encerrados);
- Museu do Queijo de São Jorge;
- Pavimentação e Reabilitação do POA Ponta dos Rosais/Sete Fontes/Farol;
- Novo Parque Combustíveis de São Jorge;
- Projeto "Casa das Fajãs";
- Ampliação do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia da Calheta;
- Adaptação do centro de processamento de resíduos às reais necessidades da ilha;
- Investimentos/ Apoios na área da cultura.

Ainda incluído nos pontos acima mencionados, mas merecendo especial destaque, importa referir a construção do novo Matadouro de São Jorge (rubrica 6.3.4), como um investimento estruturante e imprescindível para o desenvolvimento de São Jorge.

Concluindo, solicitamos ao Governo Regional que tenha a melhor atenção sobre o exposto, na expectativa de que o Plano Regional Anual para 2023 cumpra com a execução daquilo que se propõe, sendo que este Conselho de Ilha estará atento e reivindicará o mesmo.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente do Conselho de Ilha de São Jorge

Lena Felicidade Pereira Amaral